

MOBISERV, Lda.



Comércio & Serviços

Av. Acordos de Lusaka n° 1801

Tel.: +258 21 467553 • Fax: +258 21 465 282

Cell: +258 84 3929740

E-mail: mobiserv@teledata.mz

Maputo - Moçambique



POSTO DE TRABALHO
Com 4 lugares, secretárias com pernas metálicas e tampo em melamine.



SECRETÁRIA TIPO L

Com pernas metálicas, tampo em melamine, bloco fixo ou rodado com 3 gavetas, dimensões: 1500x750x750mm e 1200x750x750mm mais canto de ligação mais extensão com 800x750x750mm.

23 Junho
2015

Terça-Feira

ANO V - Edição n.º 1059

H ORIZONTE
25

Diário Electrónico de Informação Geral

N.º Registo: 08/GABINFO - dec/2010

Director Editorial: Paulo Deves

GERAL: Cel: 827256216 - PUBLICIDADE: 840135802 - Email: horizonte25@tv cabo.co.mz - Av. Ahmed Sekou Touré, n.º 1552 - r/c - MAPUTO

PR TERMINA VISITA A CABO DELGADO

Nyusi efectua viagens por estradas para ter sensibilidade de Moçambique real



© www.residencia.gov.mz

PR TERMINA VISITA A CABO DELGADO

Nyusi efectua viagens por estradas para ter sensibilidade de Moçambique real

- O Chefe do Estado moçambicano Filipe Jacinto Nyusi terminou ontem a visita de trabalho que vinha efectuando à Província nortenha de Cabo Delgado no âmbito da Presidência aberta e inclusiva.

MAPUTO – O Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi que deixou ontem a Cidade de Pemba, Cabo Delgado disse que durante a sua visita de trabalho a província realizou as suas deslocações aos distritos por via terrestre porque queria se inteirar dos reais problemas que a população enfrenta em termos de vias de acesso.

O Chefe do Estado moçambicano Filipe Nyusi que falava a jornalistas no Aeroporto Internacional de Pemba quando partia de regresso a capital do país, Maputo, disse que nesta primeira fase as viagens foram efectuadas por estradas asfaltadas e nos próximos tempos serão por vias de acesso de terra batida.

“Precisava de viver e conhecer a estrada, procurar saber como combater a pobreza porque o facto de ver só a população com calças cobertas de chapas de zinco é o primeiro sinal e depois quis até saber se o chão é feito de betão ou não. Desta vez andámos até em estradas asfaltadas pois tínhamos pouco tempo, mas na próxima visita queremos andar nas estradas que não estão asfaltadas. É verdade que isso nos rouba muito tempo, mas é necessário para termos a sensibilidade de Moçambique real. Temos problemas de poupança de recursos, mas não é só isso. O importante é aquilo que o meu povo vive. Então isso é o que me interessava. O mais importante é o que vemos que é o Moçambique real. A poupança sim, mas o mais importante se for preciso gastar para resolver um problema, então, vamos gastar como sempre se fez no passado mas nem sempre para gastar era também para poder com muita flexibilidade ver e resolver, mas agora ainda temos



algum tempo para podermos ir ao detalhe”, Filipe Jacinto Nyusi Presidente da República falando esta segunda-feira no Aeroporto Internacional de Pemba quando embarcava com destino a Maputo, capital do país no final da sua visita de trabalho a Província de Cabo Delgado.

Durante quatro dias consecutivos o Chefe do Estado moçambicano visitou sucessivamente os Distritos de Mocimboa da Praia, Montepuez, Chiúre e a Cidade de Pemba onde manteve

encontros com a população, líderes comunitários, Governos provincial e distritais e efectuou visitas a vários empreendimentos socioeconómicos.

Ainda na Província nortenha de Cabo Delgado o Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi orientou no dia 16 do mês em curso as cerimónias centrais de homenagem dos mártires do Massacre de Mueda no Distrito do mesmo nome.



África conta com uma instituição para financiar a agricultura

- O continente africano conta com uma instituição Pan-Africana para financiar a agricultura, a qual Moçambique poderá aderir para aumentar o volume de recursos financeiros disponíveis para o sector agrícola.

MAPUTO - Trata-se da African Trade Insurance Agency (ATI), uma instituição financeira Pan-Africana que já facilitou, a título de crédito, um pacote financeiro na ordem de 13 bilhões de dólares americanos em comércio e investimento, e conta como membros 10 países africanos.

O Programa para o Desenvolvimento Económico e Empresarial (SPEED) que anuncia o facto aponta como exemplo mais recente o Malawi, onde a ATI tem trabalhado com bancos locais visando aumentar a sua capacidade de financiamento de projectos de cereais. O trabalho possibilitou um aumento de financiamento de zero em 2012 para oito milhões de dólares em 2014 e com projecções para atingir, este ano, 80 milhões. O programa aponta que a falta de financiamento é um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura em Moçambique, por isso, a oportunidade de juntar-se à ATI deverá ser tratada com o devido zelo pelos

decisores. "É sabido que qualquer indústria requer acesso ao capital para que possa desenvolver e prosperar e, o acesso ao capital na forma de crédito permite um investimento para expansão e modernização da actividade, o alcance de novos mercados e o lançamento de novos produtos", refere O SPEED. Para o caso do país, o sector agrícola tem o potencial de ser uma importante fonte de crescimento e desenvolvimento económico no entanto, sofre de constrangimentos que restringem o seu desenvolvimento e um deles é o acesso ao financiamento. A adesão do país, segundo o programa, a ini-

ciativa implica um compromisso financeiro do Estado, uma vez que todos os países membros têm que contribuir com uma quantia proporcional a sua economia. "O Governo moçambicano terá que equacionar o potencial retorno deste investimento face aos riscos que apresenta e às alternativas existentes", explica o SPEED. Moçambique já tem alguma experiência com instituições financeiras deste género adquirida com a execução de grandes projectos como a Mozal I, Mozal II, Kenmare, Rompco e os projectos de açúcar de Sena e Xinavane, que contaram com apoio financeiro de instituições como a ATI (conhecidas como Export Credit Agencies ou ECA). A ATI é uma instituição financeira Pan-Africana cujo papel é estimular o comércio transfronteiriço (principalmente a exportação) através da provisão de produtos financeiros que ajudam as empresas e instituições financeiras a gerir riscos diversos como políticos, de incumprimento, de guerra ou perturbação civil entre outros.

FUNDO DA PAZ E RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Financiamento dos projectos de reinserção social dos combatentes arranca próximo mês

- Arranca a partir do próximo mês a implementação do financiamento dos projectos de reinserção social dos combatentes no âmbito do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional.

CHIMOIO – A partir do próximo mês de Julho brigadas do Ministério dos Combatentes vão desdobrar-se pelos distritos divulgando o Manual de procedimentos sobre o financiamento. Numa primeira fase os combatentes terão direito de um financiamento que varia entre os cem a trezentos mil meticais segundo Horácio Mapwangaia director nacional da Assistência Social. De acordo com a fonte numa primeira fase serão atendidos anualmente pelo Fundo da

Paz e Reconciliação Nacional mil projectos dos combatentes. Horácio Mapwangaia director nacional de Assistência Social disse por outro lado que os beneficiários antes serão formados em matéria de gestão administrativa. "Anualmente, a nossa capacidade de financiamento é de mil projectos, mas nós achamos que poderemos ou devemos ter capacidade de financiar cerca de três mil projectos por ano. Esta capacidade deverá ser asse-

gurada em parte pelo Orçamento do Estado e será alocada anualmente em parte pelos fundos que a própria instituição irá angariar de outras entidades, quer sejam nacionais ou internacionais", disse Horácio Mapwangaia. Entretanto, os projectos de reinserção social dos combatentes iniciam já no próximo mês a dar entrada nas Direcções Provinciais dos Combatentes segundo avançou Horácio Mapwangaia director nacional da Assistência Social.

SINTIHOTS em sintonia para o bem dos trabalhadores

Av. Eduardo Mondlane 1267
Telefax 21- 320409 - CP. 394 | Cells: 82 4315620-82 7690120
E-mail: Sintihots@tvcabo.co.mz
Maputo - Moçambique



Millennium bim distinguido pelos prémios PMR em quatro categorias

- O Banco alcançou as classificações mais elevadas do sector

O Millennium bim, foi uma vez mais, reconhecido pelo seu desempenho no sector bancário, obtendo as avaliações mais elevadas no que respeita as categorias de serviços bancários a Particulares, a Empresas e Banca de Investimento, tendo sido também distinguido na área de produtos, na categoria de Cartões de Crédito.

Os prémios PMR África são atribuídos com base em inquéritos rigorosos realizados a gestores públicos, privados e representantes do Estado. As avaliações de cada empresa são realizadas com base em cinco critérios, nomeadamente o contributo para o crescimento económico e desenvolvimento do país, a experiência da equipa de gestão, a implementação de mecanismos de corporate finance, o reconhecimento da marca e a capacidade de inovação.

Para Liliana Catoja, Administradora Executiva do Millennium bim, "os prémios conquistados, são o reconhecimento público nacional e internacional do trabalho desenvolvido por todos os Colaboradores, uma motivação acrescida para continuarmos o nosso caminho no apoio

à bancarização, às empresas e ao desenvolvimento sustentado do país, tendo como base uma estratégia orientada para o Cliente."

No ano em que o Millennium bim comemora os seus 20 Anos, este prémio vem se juntar aos mais de 70 conquistados desde a sua fundação, sendo o Banco moçambicano mais premiado de Moçambique, logo, o mais reconhecido a nível nacional e internacional.

De olhos postos no futuro, o Millennium bim continuará a desempenhar o seu papel enquanto agente activo no desenvolvimento económico do país, apoiando as empresas e contribuindo para a bancarização e inclusão financeira de todos os Moçambicanos.

BancABC Moçambique contribui para o desenvolvimento das comunidades



BancABC apoia a Aldeia de Crianças SOS Moçambique

MAPUTO - Uma das apostas do programa de Responsabilidade Social do BancABC é contribuir para o desenvolvimento e qualidade de vida junto das comunidade onde opera. Neste âmbito, o BancABC procederá à doação de 100 mantas e 100 colchões à Aldeia SOS de Moçambique, com o objectivo de proporcionar melhores condições às crianças das aldeias. Adicionalmente, o Banco concederá bolsas de estudo a 60 jovens para os cursos de Contabilidade e Finanças, distribuídas pelas 6 Aldeias SOS a operar no país, nomeadamente em Maputo, Inhambane, Beira, Chimoio, Tete e Pemba. As bolsas serão atribuídas a jovens do sexo feminino e masculino, com idades

compreendidas entre os 17 e 25 anos, sendo os cursos ministrados pelo INEFP - Instituto Nacional de Formação Profissional.

"Esta iniciativa é um marco no nosso envolvimento com as comunidades locais. É um pequeno gesto do Banco, com o qual queremos e esperamos contribuir para o desenvolvimento destes jovens, investindo na sua formação e educação cívica para a adequada e efectiva integração na sociedade. Com qualificação académica e profissional irão de forma efectiva contribuir para o crescimento e desenvolvimento do país e essa é a aposta do BancABC", afirmou Hélder Chambisse, Administrador Delegado do BancABC Moçam-

bique.

A entrega dos materiais será feita formalmente, numa conferência de imprensa, no próximo dia 30 de Junho.

Nas palavras do Director Nacional da SOS, Gaspar Sitefane "a iniciativa do BancABC enche-nos de orgulho e satisfação, por isso em nome das crianças, das mães e tias, e de todos os colaboradores da Aldeia de Crianças SOS Moçambique quero endereçar o nosso especial obrigado ao BancABC por este gesto e demonstração clara de que está a contribuir para o desenvolvimento sustentável do País, e de forma particular para a criança moçambicana."

Estamos comprometidos em oferecer-lhe **Dentes Mais Fortes**

Você irá sair do nosso consultório com vontade de dar dentadas em tudo gostoso que lhe aparecer pela frente!

Marque connosco!



mais
reabilitação oral

...é mais saúde.

NUM SEMINÁRIO TÉCNICO

FAO Moçambique e parceiros discutem políticas agrícolas e alimentares

MAPUTO - Técnicos dos Ministérios da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) e da Economia e Finanças (MEF), bem como do Centro de Estudos de Políticas Agrárias (CEPPAG) da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) partilharam na passada sexta-feira, num seminário técnico, os resultados das análises levadas a cabo durante o primeiro ano de implementação do projecto “Monitoria de Políticas Agrícolas e Alimentares (MAFAP) em África” da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O seminário, que se realizou na capital moçambicana, Maputo, foi organizado pela Direcção Nacional de Economia do MASA, com apoio técnico da FAO, no âmbito das actividades do projecto MAFAP. Desde o ano passado, a FAO está a implementar com os parceiros que participaram no evento o MAFAP em Moçambique de forma a estabelecer um sistema de monitoria, análise e reforma das políticas agrícolas e alimentares nacionais.

O projecto tem como principal objectivo desenvolver a capacidade nacional de monitoria e análise dos efeitos das políticas sobre os mercados de produtos agrícolas mais relevantes do país, identificando as suas limitações ao desenvolvimento do sector agrícola.

“O trabalho feito pela equipa do MAFAP mostra como as ineficiências do mercado e as medidas políticas adoptadas pelo governo podem ter um impacto sobre a estrutura dos incentivos dos preços para diferentes

actores ao longo de cadeias de valor agrícolas importantes”, disse no seminário a analista de políticas da FAO, Valentina Pernechele.

A analista mencionou como exemplo o facto de apesar de Moçambique aplicar uma taxa de importação sobre o arroz – para proteger a produção nacional – os produtores de arroz foram penalizados pelo ambiente de mercado durante o período 2005-2013. Isto, porque, continuou Valentina Pernechele, estes sempre en-



frentaram desincentivos de preços.

“Numa escala menor, também a produção de milho se viu travada nalguns anos, enquanto os consumidores na região sul do país tiveram de pagar por este produto preços mais altos do que pagariam numa situação de perfeito funcionamento do mercado”.

Num debate, que envolveu os participantes do seminário, enfatizou-se a necessidade de investigar a fundo os factores por detrás de tais limitações, sobretudo no que toca à produção de arroz e milho, produtos-chave para a segurança alimentar em Moçambique, concluindo que é importante articular opções para formular ou reformar o mercado e a produção apoiando políticas baseadas em evidências analíticas sólidas.

Através do MAFAP, a FAO presta assistência ao MASA na formulação de reformas agrícolas adequadas. O seminário de sexta-feira constituiu, assim, uma oportunidade para os técnicos debaterem também as áreas em que futuramente se deverão fazer mais análises de impacto de forma a contribuir para o processo de tomada de decisão no sector agrícola do país. Durante o seminário foram ainda apresentados os resultados da análise da despesa pública no sector agrícola e os resultados dos estudos temáticos do projecto ligados à análise de incentivos e desincentivos na produção e comercialização de outros dois produtos, nomeadamente caju e algodão.

Além de Moçambique, o MAFAP está a ser implementado noutros nove países africanos: Burquina Faso, Etiópia, Gana, Malawi, Mali, Nigéria, Quênia, Tanzânia e Uganda e é financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates, pelo Governo da Holanda e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).



MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Funcionários recolhem dois camiões de lixo na praia da Costa do Sol

- Uma quantidade considerável de detrito diverso foi recolhida pelos funcionários do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), em Maputo, na manhã de Sábado passado, na praia da Costa do Sol, durante uma jornada de limpeza daquele local público.

MAPUTO - Trata-se de lixo sólido quantificado em dois camiões basculantes, desde plásticos, garrafas, embalagens de produtos industriais alimentares e de beleza, pedaços têxteis, até outros detritos marítimos, recolhidos numa distância de cerca de um quilómetro ao longo da praia.

A jornada, que foi dirigida pela respectiva titular da pasta, Vitória Dias Diogo, envolveu os funcionários da sede do MITESS e os das instituições subordinadas e tuteladas, mais concretamente do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP), e do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), teve um enquadramento de cidadania por parte dos funcionários, como manifestação de apoio aos esforços encetados pelas autoridades municipais, ambientais e outras forças vivas da sociedade no concernente à preservação dos lugares públicos a bem da saúde e do próprio meio ambiente.



Esta foi uma das actividades inscritas no programa das comemorações elaborado pelo MITESS, no âmbito das comemorações dos 40 anos da independência nacional, a assinalar-se no próximo dia 25 de Junho, sob o lema "40 Anos de Independência: Unidade Nacional. Paz e Progresso", bem como das comemorações do Dia Internacional da Função Pública, 23 de Junho, que este ano se assinalará sob o lema "O Papel da Função Pública sobre o Empoderamento da Mulher, na Inovação e na Prestação de Serviços Acessíveis". A quantidade de lixo recolhida pelos mais de

300 funcionários do MITESS, no Sábado, segundo a titular da pasta, Vitória Dias Diogo, e que encheu os dois camiões disponibilizados pelas autoridades municipais, não eliminou o perigo ambiental da praia da Costa do Sol, mas acredita que terão contribuído para a minimização do impacto ambiental que a praia tem estado a enfrentar, devido ao seu uso incorrecto por parte de alguns cidadãos utentes. Contudo, Vitória Dias Diogo acredita que com mais gestos deste género pode-se despertar a consciência das pessoas e tornar aquele local público de mais seguro e acolhedor, em termos ambientais e de saúde pública.



CIVIS E MILITARES

Funcionários do MDN e das FADM celebram o Dia Internacional da Função Pública

- Funcionários civis e militares do Ministério da Defesa Nacional realizam desde o passado dia 16 de Junho diversas actividades em celebração da semana comemorativa do Dia Internacional da Função Pública que se celebra no dia 23 do mês corrente.

Consta do rol das actividades, visitas às unidades de produção agropecuária e industrial, aos locais históricos e de ensino técnico profissional, aos hospitais e realização de feira de saúde e desporto entre os veteranos do Ministério da Defesa Nacional - Sede e do Quartel-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Neste âmbito, os funcionários civis e militares visitaram a Escola de Formação Agrária de Boane, o Instituto Nacional de Segurança Social, Escola de Sargentos das Forças Armadas "General Alberto Joaquim Chipande em Boane, a fábrica de viaturas Matchedje, a fábrica de Açúcar de Chinavane, o Hospital Provincial de Maputo entre outros locais de interesse histórico e cultural.

O ponto mais alto das celebrações do Dia Internacional da Função Pública será marcado pela reunião geral dos funcionários com o Ministro da Defesa Nacional, Atanásio Salvador M'tumuke, durante a qual serão premiados os melhores funcionários do ano de 2014.

Major Augusto Rafael Pombuane, Chefe da Repartição de Assuntos Sociais e Desporto na Direcção Nacional de Recursos Humanos do MDN e coordenadores das actividades, faz uma avaliação positiva a avaliar a participação dos funcionários em todos eventos.

O Dia Internacional da Função Pública celebra-se anualmente sob égide da ONU e da União Africana como forma de reconhecer, enaltecer, celebrar e saudar a missão dos funcionários e agentes do Estado, de servir

ao cidadão.

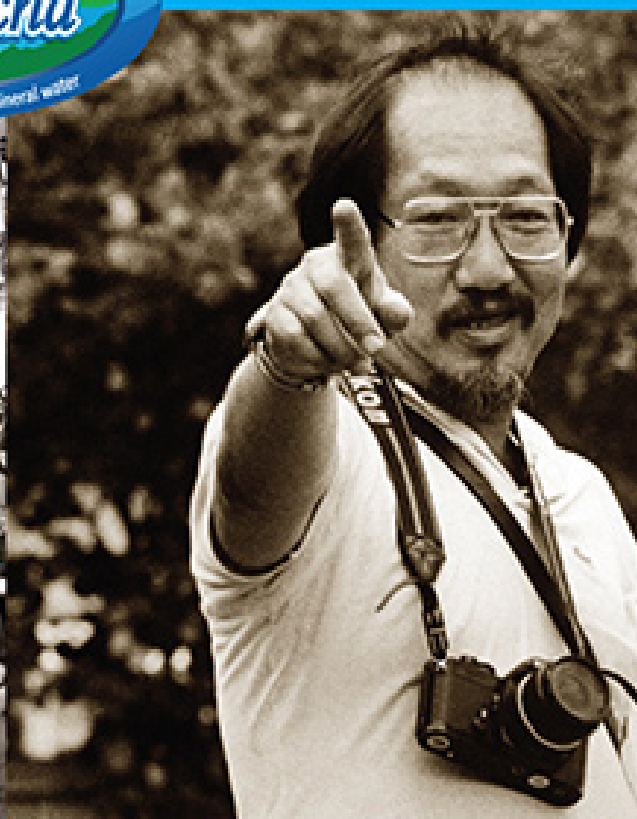
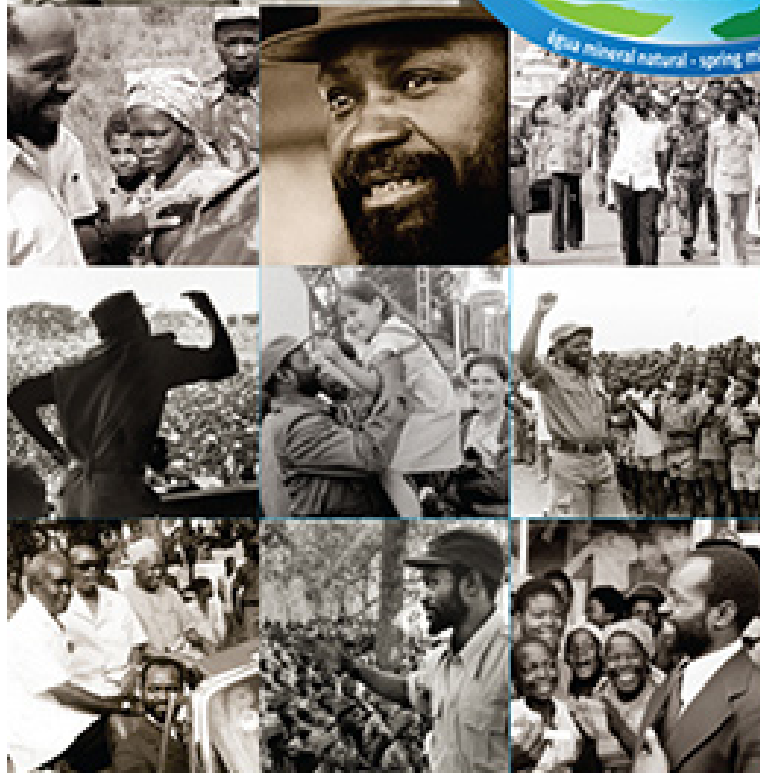
De acordo com a nota de exortação do Ministério da Administração Estatal e Administração Pública, a celebração do Dia Internacional da Função Pública, tem igualmente, o objectivo de incentivar os jovens a seguirem uma carreira na administração Pública, que se considera indispensável para o êxito dos esforços dos países em prol de uma Administração Pública virada para o cidadão e que presta serviços de qualidade.

Neste ano em que o país celebra o 40º Aniversário da Independência Nacional, o Dia Internacional da Função Pública celebra-se sob o lema: O papel da Função Pública no empoderamento da mulher, na inovação e na prestação de serviços acessíveis.

SAMORA por *Lok N'guy*



Unir todos os moçambicanos... requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação! Moçambique não é uma região determinada, uma povoação, ou uma Província, mas um País enorme! Combatemos durante dez anos sem qualquer preocupação de ordem financeira individual! O conteúdo da nossa acção exige uma democracia real, uma verdadeira liberdade de expressão e de opinião!



Moçambique 40 Anos Ensinamentos

Edição Especial Limitada de Rótulos

UEM delinea soluções para equidade do género no acesso

MAPUTO - A Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a mais antiga instituição de ensino superior no país, continua a enfrentar o desafio da criação da equidade no acesso, apesar de o universo de candidatos do sexo feminino ter estado mais próximo do número de concorrentes do sexo masculino, estimado em dois por cento de diferença.

Dos 26.481 candidatos a admissão à UEM, em 2014, foram admitidos 1.862 mulheres e 3.127 homens, resultado que continua a constituir motivo de preocupação e remete a necessidade de um maior investimento e a criação de condições de escolaridade e formação da rapariga, em especial, a nível primário e secundário.

A preocupação foi expressa pelo reitor da UEM, Orlando Quilambo, na recente apresentação do informe anual, documento que tem por objectivo prestar informação global sobre o estágio de desenvolvimento da instituição, seus desafios e perspectivas.

A universidade, segundo Quilambo, continua a registar, de um modo geral, um ligeiro crescimento no universo de estudantes do sexo feminino.

“Na verdade, se historicamente a educação formal, em particular, o ensino superior, estava reservada aos homens, este crescimento do número de mulheres que procuram a universidade pode ser um indicador de que os moçambicanos já perceberam que educar uma mulher é

educar uma nação”, disse Quilambo.

A fonte apontou, a título de exemplo, que dos estudantes matriculados em 2012, um universo de 32 por cento era constituído por mulheres, percentagem que subiu para 33 por cento no ano subsequente e atingiu 33,7 por cento no ano transacto.

“Contudo, continuam a registar-se disparidades assinaláveis em algumas unidades, como na faculdade de engenharia, onde apenas 11,7 por cento da população total é constituída por mulheres, na faculdade de arquitectura, com cerca de 20 por cento e na faculdade de ciências, com 27,7 de mulheres”, explicou Quilambo.

As disparidades de género na admissão e no efectivo de estudantes apontam, segundo o reitor, para a necessidade de se continuar a implementar acções que contribuam para o incremento das percentagens de ingresso de mulheres à UEM, em particular, nos cursos com notável sub-representação feminina.

Contrariamente ao passado, actualmente a questão não se prende mais a falta de candidatos do sexo feminino que, em alguns cursos, até superam os homens,

porém na óptica do reitor a fraca representatividade feminina em alguns cursos está ligada ao facto de os homens estarem a sair melhor nos exames de admissão do que os do sexo feminino.

“A situação remete para a necessidade de se definirem mecanismos que permitam, pelo menos, minimizar os desequilíbrios de género na população estudantil”, disse Quilambo, apontando que as iniciativas a tomar podem incluir a instituição de programas de preparação de candidatas a exames de admissão.

Os programas de preparação incidem sobretudo em cursos de ciências matemáticas e tecnológicas, e a promoção de campanhas educativas visando a desmistificação do preconceito de que as mulheres não se prestam a estas áreas do saber.

Em 2014, a universidade contava com 36.864 estudantes, o que representou um aumento em sete por cento relativamente ao ano anterior, inscritos em 138 cursos, sendo 84 de licenciatura, 51 mestrado e três de doutoramento, oferecidos nos regimes laboral, pós-laboral e à distância.

PROVÍNCIA DE NAMPULA

Malária continua problema de saúde pública em Mogovolas

MAPUTO - A malária continua a constituir um dos grandes problemas de saúde pública no distrito de Mogovolas, província de Nampula, norte de Moçambique, ao registar no primeiro trimestre do presente ano 7.652 casos contra 7.861 em igual período de 2014.

Apesar de os índices estarem a reduzir, fonte do Governo local disse a AIM que a doença provocou, nos primeiros três meses deste ano, três óbitos, representando uma redução em 209 casos comparativamente a igual período do ano anterior.

Todavia, os índices de prevalência da malária, enfermidade que constitui uma das principais causas de morte no país, continuam altos facto que, segundo a fonte, preocupa as autoridades locais.

Em 2013 foram registados em Mogovolas 32.503 casos e 20 óbitos, cifra que no ano seguinte viria a subir para 33.057 casos e

19 óbitos.

Durante o primeiro trimestre do presente ano, foram registados 715 casos de diarreias que causaram a morte de uma pessoa, sem registo de nenhum paciente com cólera.

Em 2014 foram registados 2.429 casos de diarreias contra 6.323 de 2013, uma redução de 62 por cento.

Para contrapor a tendência crescente do registo de vários tipos de doenças a fonte disse ter havido um aumento das actividades de Saúde Materno Infantil (SMI) tendo se registado, em 2014, uma evolução de 29,2 por cento no número de consultas. Assim, de um plano de cobertura de 19.692 mulheres em consultas pré-natais foram cobertas 20.771 e, durante o primeiro trimestre o programa tinha um plano de cobertura de 5.245 mas cobriu 6.389 mulheres grávidas.

“Em 2014 foram registados de um plano de cobertura de 17.723 foram registados 14.407 partos institucionais contra 12.988 de 2013. O plano para o primeiro trimestre previa a cobertura de 4.720 partos mas só alcançou 4.300”, revela a fonte citada pela AIM.

Nas consultas pós-parto, o plano para 2014 previa a cobertura de 17.723 pessoas tendo alcançado 14.368 contra 14.113 do ano anterior e no primeiro trimestre do presente ano o programa era para alcançar 4.720 pacientes mas acabou abarcando 4641.

No que diz respeito a componente de planeamento familiar, em 2014, foram registados de um plano de cobertura de 78.376 novos utentes apenas 31.538 contra 11.466 de 2013 e, o plano do primeiro trimestre do presente ano previa a entrada de 20.875 novos utentes mas, acabou alcançando 6.353.

PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Tramitação de processos administrativos conhece redução do tempo nos últimos anos

- Autoridades da Província nortenha de Cabo Delgado pretendem reduzir o tempo levado na tramitação de processos administrativos na função pública nos últimos anos.

PEMBA – O facto deve-se à instalação na província do Tribunal Administrativo no mês de Dezembro do ano passado para além da entrada em funcionamento nesta parcela do país da Delegação Provincial da Imprensa Nacional. O chefe do Departamento da Função Pública em Cabo Delgado Nelson Víctor Pereira disse que a província efectuou ano passado oitocentas e noventa e três promoções e duzentas e sessenta progressões e oitocentas e quatro mudanças de carreira.

Nelson Víctor Pereira acrescentou que no âmbito do cumprimento do Decreto 31/2013 de Junho, até 31 de Maio findo foram regularizados oitocentas e noventa e seis agentes do Estado que se encontravam em situação irregular.

O chefe do Departamento da Função Pública em Cabo Delgado falava das celebrações do Dia Internacional da Função Pública que hoje se assinala.

“Enquanto a situação dos actos administrativos quando falámos das promoções, progressões e mudanças de carreira e outros como admissões nós já tivemos em algum momento situações de processos tramitados e enviados ao Tribunal Administrativo demorarem cerca de trinta (30) dias, mas hoje a Província nortenha de Cabo Delgado a partir de Dezembro de 2014 nós

temos implantado o Tribunal Administrativo a nível provincial e os processos quando enviados para o visto e anotação num período de aproximadamente sete dias nós temos a resposta do processo. Dependendo dos casos temos o visto, temos a anotação de processos, então, não temos tido situação de demora ou reclamação do cidadão que tenha situação do seu processo demorado no Tribunal Administrativo, quanto aqui na Secretaria Provincial ou ao nível dos distritos também agora há celeridade na tramitação dos processos”, Nelson Pereira chefe do Departamento da Função Pública em Cabo Delgado e a celeridade que se regista na tramitação dos processos administrativos na província.

A Província nortenha de Cabo Delgado conta neste momento com mais de dezoito

mil e quinhentos funcionários públicos dos quais, quinze mil e novecentos e treze recebem os seus salários via e-folha e os restantes mais de dois mil através da via directa ou parcial. Dos dezoito mil e quinhentos funcionários públicos, mil e quinhentos e setenta são do nível superior.

Nesta parcela do país a celebração do Dia Internacional da Função Pública que este se comemora sob o lema “O Papel da Função Pública no Empoderamento da Mulher na Inovação e Prestação de Serviços Acessíveis”, será orientada pela governadora provincial Celmira da Silva.

Para além da deposição de uma coroa de flores na Praça dos Heróis Moçambicanos na Cidade de Pemba está igualmente agendada a entrega de diplomas de honra para funcionários destacados.

PNTF não prejudica residentes locais

- A Política Nacional de Terras e Florestas (PNTF) promove o investimento público-privado em Moçambique sem prejudicar a população residente em áreas onde estão implantados os mega-projectos existentes no país.

MAPUTO - A acepção foi defendida pelo director nacional de Terras e Florestas, Simão Joaquim, que falava no seminário de Integração dos Deputados da Comissão de Petições, Queixas e Reclamações da Assembleia da República (AR), o parlamento moçambicano.

Simão Joaquim afirmou ainda que a PNTF garante a participação activa dos nacionais e dos parceiros nos empreendimentos de desenvolvimento.

“A Política Nacional (de Terras e Florestas) incentiva o uso e aproveitamento da terra e este recurso contribui para o desenvolvimento da economia nacional e o bem-estar social dos cidadãos”, disse a fonte.

A PNT tem como prioridades recuperar a

produção de alimentos, criar condições para que a agricultura do sector familiar se desenvolva, promover o investimento privado, conservar as áreas de interesse ecológico e actualizar e aperfeiçoar o sistema tributário do país.

A fonte frisou que não se pode atribuir o DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) em zonas urbanizadas que não incluem áreas destinadas a empreendimentos sociais e serviços públicos.

Por sua vez, o presidente da Comissão de Petições, Queixas e Reclamações, Viana Magalhães, afirmou que mais de 60 por cento das petições dos cidadãos que dão entrada na AR estão ligadas a conflitos laborais e de terra.

Magalhães, que falava na abertura do evento, explicou que a problemática da atribuição do DUAT no país constitui um desafio entre as comunidades locais e a instalação dos mega-projectos.

Por isso, os temas abordados neste evento dão primazia a aspectos relacionados a este tipo de conflito, sobretudo de terra, pelo que devemos contribuir para que não haja disputa entre os cidadãos e os investidores.

Segundo o presidente, o seminário, que durou dois dias, se revelou importante, uma vez que permite aos deputados aprimorarem e consolidarem a capacidade de análise e emissão dos pareceres relativos as petições, queixas e reclamações apresentadas pelos cidadãos.

Despartidarização do Aparelho do Estado é hoje consumada

MAPUTO - A assinatura da declaração dos princípios sobre a despartidarização do Aparelho de Estado, consensualizada, na semana passada, entre a delegação do Governo e da Renamo, maior partido da oposição, foi novamente adiada para esta terça-feira.

O acto, que devia, em princípio, ter acontecido na sexta-feira sofreu uma nova alteração, depois de as partes terem alcançado consensos sobre este ponto da agenda do diálogo político.

A informação foi avançada ontem pelo chefe da delegação do Governo, José Pacheco, no fim da ronda 109 do diálogo político que decorre há dois anos, cujo fim não se vislumbra para breve.

“As duas delegações, em consenso, marcam para hoje às 17:30 minutos no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, a assinatura pública da declaração do princípio da despartidarização da adminis-

tração pública e avançamos para o quarto e último assunto do nosso diálogo”, disse o ministro da agricultura e segurança alimentar.

Por seu turno, o chefe da delegação da Renamo, Saimone Macuiane, que é também deputado na Assembleia da República (AR), o parlamento moçambicano, pelo mesmo partido, disse esperar que o assunto seja ultrapassado na terça-feira.

Questionado sobre as razões que teriam levado ao adiamento da cerimónia, Macuiane disse que a medida resulta do pedido feito pelo Governo para a consumação as 17:30 de hoje, solicitação que a Renamo concordou.

Após do acto desta terça-feira, o documento deverá ser assinado pelo Presidente da República, Filipe Nyusi e pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e, posteriormente, submetido ao mais alto órgão legislativo do país.

As duas partes ainda não alcançaram consensos em relação as questões militares que incluem a desmilitarização dos homens residuais da Renamo e a sua subsequente integração nas forças de defesa e segurança.

Os sucessivos reveses têm deixado os mediadores agastados e, por isso, defendem que este assunto pode ser resolvido ao mais alto nível entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Para além das questões militares, está ainda na mesa do diálogo o quarto ponto relacionado com questões económicas que será discutido depois de se assinar o acordo.

FACE À FISCALIZAÇÃO DA IGT

Construção civil abranda contratação de trabalhadores estrangeiros ilegais

Após vários apelos feitos nos últimos dias pela Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), bem como pelas acções contínuas de fiscalização laboral, o fluxo de trabalhadores de nacionalidades estrangeiras contratadas ilegalmente, por diferentes empresas que operam no país, tenderam a reduzir nas últimas duas semanas, sobretudo no sector com gravidade sobre o assunto, que é o da construção civil.

Cerca de 50% de trabalhadores ilegais foram suspensos nas duas semanas passadas, quando comparados com o anterior período, que registou mais de 120 cidadãos contratados de outros países para trabalharem em Moçambique sem, entretanto, obedecerem as regras legalmente estabelecidas.

Assim, a Inspeção-Geral do Trabalho de-

tectou e suspendeu imediatamente 61 trabalhadores estrangeiros ilegais, em cerca de 30 empresas espalhadas pelo país, no culminar de várias acções de fiscalização do grau de cumprimento da legislação, sobretudo no concernente à aplicação correcta do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 31, da Lei nº23/2007, de 1 de Agosto (Lei do Trabalho), bem como nos termos do nº1 do artigo 22, do Regulamento relativo aos Mecanismos e Procedimentos de Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira, aprovado pelo Decreto nº55/2008, de 30 de Dezembro.

Tratou-se de cidadãos contratados ilegalmente noutros países, com destaque para as nacionalidades indiana, portuguesa, somali, inglesa, Singapura e zimbabweana, cujas empresas contratantes

estão a ser sancionadas nos termos da mesma legislação.

A Inspeção-Geral do Trabalho tem vindo a exortar às empresas para não contratarem cidadãos estrangeiros fora do conhecimento e controlo do Governo, bem como fora dos princípios legalmente estabelecidos pela legislação moçambicana vigente, particularmente ao instrumento regulador acima referenciado. Isto, para não desorganizar o mercado laboral nacional, bem como para não prejudicar a mão-de-obra nacional que, em algumas vezes e mesmo em igualdades profissionais ou académicas iguais ou superiores às dos colegas expatriados, ficam fora do sistema do mercado, em termos de pavimento de vagas e outras oportunidades laborais.



«Deseja informação sobre o Governo de Moçambique, onde e como encontrar serviços públicos? Acede ao portal do Governo da República de Moçambique através de www.portaldogoverno.gov.mz»



A SUA CONFIANÇA FAZ-NOS INOVAR E ISSO MUDA TUDO



www.bancounico.co.mz

UNICO
Ser único muda tudo.

Municípios já perderam 1,5 biliões de reais em transferências do Tesouro Nacional

- Com menos recursos, analistas vêem situação fiscal mais difícil nas prefeituras.

Se em 2013, 84,2 por cento dos municípios se encontravam em situação fiscal de difícil a crítica, segundo análise da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 2015 o cenário é ainda mais grave. Muito além do ajuste fiscal, que cortou 17 biliões de reais do Ministério das Cidades que poderiam ser repassados voluntariamente aos municípios, a desaceleração económica atinge em cheio a arrecadação via impostos.

No acumulado de Janeiro a Maio, as transferências do Tesouro Nacional para as prefeituras, via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) caíram 2,2 por cento, o equivalente a 1,5 biliões reais. Aliado a isso a desvalorização de quase 50 por cento do preço do petróleo numa ano, que tem tornado ainda mais difícil a tarefa de gerir o caixa em 929 prefeituras beneficiadas pelos royalties, segundo dados de Maio da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Para analistas, a desordem fiscal do passado deve levar a um aumento nos cortes de investimentos e a um estouro no limite com gastos com servidores ativos e inativos.

“A arrecadação federal está fraca, em função da perda de fôlego da economia. De Janeiro a Maio deste ano, sobre o mesmo período em 2014, houve uma queda de 2,3 por cento na arrecadação via Imposto de Renda (IR) e 8,5 por cento via Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), base de cálculo do FPM.

São quedas expressivas; logo, conclui-se que a situação dos municípios es-

teja bastante difícil neste ano”, afirma Bernardo Fajardo, pesquisador associado da Fundação Getulio Vargas (FGV/IBRE).

Elaborado pela FIRJAN com base em dados de 2013 a Abril de 2014, declarados pelos próprios municípios à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) mostra que, em 2013, apenas 20 por cento dos 5.567 municípios tinham uma situação fiscal boa ou excelente. O índice tem como critérios a capacidade de arrecadação própria das prefeituras, o quanto de recursos foram direcionados a investimentos, o grau de rigidez orçamentária por meio dos gastos com pessoal, a liquidez com base na suficiência de recursos em caixa, e o custo da dívida de longo prazo, com juros e amortizações.

A avaliação geral é a de que as prefeituras têm aumentado suas despesas com pessoal, sem um crescimento da receita própria. O resultado é que, em momentos de desaceleração económica como em 2013, a saída tem sido cortar em investimentos. O IFGF nacional registou queda de 11,4 por cento na passagem de 2012

para 2013, o que representa o aumento de gastos com pessoal pelas prefeituras. Já os investimentos caíram 31,2 por cento no período.

“Percebemos que muitas prefeituras aproveitaram o boom económico para contratar. No entanto, com a crise, elas vão enfrentar esse problema de controlo do caixa. Logo, aumentam as possibilidades de estouro no limite de gastos com pessoal, previstos em 60 por cento pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)”, avalia Fajardo.

O especialista chama a atenção também para a queda na arrecadação dos municípios via ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza). Conforme mostrou pesquisa do IBGE, a receita dos serviços tiveram nova desaceleração, atingindo crescimento de apenas 1,7 por cento em Abril.

Para além do ISS, os municípios ficam com as receitas do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis).

“São muitos os municípios dependentes do FPM e, com as eleições no ano que vem, a popularidade dos prefeitos cai. Por isso a romaria em Brasília e a discussão sobre o Pacto Federativo. A verdade é que os prefeitos estão despreparados para gerir os seus caixas”, observa Gil Castelo Branco, presidente da ONG Contas Abertas. “É preciso mais actuação fiscalizadora dos Tribunais de Conta e do Ministério Público”, acrescenta.

Desembolsos do BNDES em 2015 caem 20 por cento até Maio deste ano

O total dos cinco primeiros meses do corrente ano foi de 54,8 biliões de reais. Segundo o banco, as alterações no Programa BNDES de Sustentação do Investimento tiveram impacto sobre os resultados.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) informou na passada sexta-feira que os seus desembolsos totalizaram 54,8 biliões de reais de Janeiro a Maio deste ano, queda de 20 por cento quando comparado com o mesmo período do ano passado.

Segundo o banco de fomento, as al-

terações no Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) tiveram impacto sobre os resultados. Os desembolsos totalizaram 16,3 biliões de Reais até Maio passado, queda de 43 por cento quando comparado ao volume anual.

As consultas, no montante de 53,5 biliões de reais caíram 39 por cento e as aprovações, de 34,7 biliões de reais, diminuíram 47 por cento.

O sector de infra-estrutura respondeu por 37,2 por cento do total, com 20,4 biliões de

reais, indicou o banco de fomento. Neste segmento, as concessões para a energia eléctrica aumentaram 70 por cento nos cinco primeiros meses deste ano, para 8 biliões de reais.

O segmento “outros transportes”, que engloba investimentos em mobilidade urbana, atingiu 3,4 biliões de reais, avanço anual de 74 por cento.

Os desembolsos às micro, pequenas e médias empresas totalizaram 16 biliões de reais até Maio, respondendo por 29,2 por cento das concessões totais.

Três teorias científicas para entender o temido Inverno de 'Game of Thrones'

- Se você assiste à série "Game of Thrones", com certeza já ouviu a frase que se repete como um mantra desde que foi pronunciada por Ned Stark na primeira temporada: "Winter is coming" - "O inverno está chegando".

MAPUTO - A selecção moçambicana de hóquei em patins estreou-se a vencer frente a Inglaterra (6-3) no mundial da modalidade no encontro inserido no Grupo "B" havido hoje na cidade francesa de La Roche Sur-Yon, onde decorre a 42/a edição do campeonato.

Mas o curioso é que os personagens não sabem exactamente quando ele vai chegar, ao contrário dos habitantes da Terra, onde as estações começam e terminam sempre na mesma data. É que uma das principais particularidades do mundo fantástico recriado com base na série de romances "A Song of Ice and Fire (Uma canção de gelo e fogo)", do americano George R.R. Martin, é a extrema variação entre as estações. Os verões e os invernos têm uma duração indeterminada e por isso os habitantes dos Sete Reinos passam a série se perguntando quanto tempo irão durar. Mas esse cenário fictício tem alguma explicação científica possível? A BBC Mundo, o site em espanhol da BBC, encontrou pelo menos três:

1. Inclinação variável do eixo de rotação

Na Terra, as diversas estações do ano se devem à inclinação de 23,5 graus de seu eixo. Graças a ele, o hemisfério que está mais perto do Sol durante a rotação do planeta tem um clima mais quente — o verão — e seis meses depois, mais frio

— o inverno — já que a Terra demora um ano para dar a volta ao redor da estrela central.

Leia mais: Um passeio pela verdadeira Westeros de 'Game of Thrones'

Além disso, a inclinação do eixo da Terra é extremamente estável. E isso se deve à Lua, que é muito maior do que os satélites da maioria dos planetas.

Sem ela, o ângulo de inclinação iria variar em resposta aos "puxões" gravitacionais do Sol e de Júpiter. E as estações do ano não seriam tão estáveis.

É sabido que o planeta de Game of Thrones tem ao menos uma lua, como é revelado no episódio The Kingsroad.

E os livros também mencionam que houve outra, que se quebrou ao se aproximar demais do Sol e liberou assim milhares de dragões. Será que esse cataclismo celestial pode ter provocado uma mudança brusca na inclinação do eixo da Terra?

2. Uma órbita grande demais

A Terra gira ao redor do Sol em uma órbita elíptica, apesar de ser praticamente circular.

Mas nem todos os planetas giram formando um círculo quase perfeito em torno da

estrela central.

Mercúrio, por exemplo, tem a órbita mais excêntrica do sistema solar.

Os astrónomos usam um parâmetro para medir quanto a rotação de um corpo celestial se desvia de um círculo perfeito.

A de Mercúrio é 0,2056, contra 0,0167 da Terra. Quanto mais perto de zero, mais a órbita se aproxima de um círculo perfeito.

Ao rodar de uma forma elíptica de forma muito pronunciada, há momentos em que o planeta fica muito longe do Sol, uma das razões pelo qual o clima é mais frio do que o do inverno na Terra.

E esse 'desvio' também tem consequências na duração das estações — uma explicação que poderia ser aplicada à série.

3. Planeta circumbinário

Outra teoria científica usada para explicar o clima instável do planeta onde ficam os Sete Reinos é que ele seja circumbinário.

Em 2013, Veselin Kostov, Daniel Allan, Nikolaus Hartman, Scott Guzewich, Justin Rogers, cientistas da Universidade de Cornell, em Nova York, publicaram um estudo argumentando sobre a possibilidade de o planeta da série orbitar em torno de duas estrelas, e não só uma.

E explicavam como seriam as estações se o mundo se "A Song of Ice and Fire" pertencesse a um sistema binário.

Segundo os especialistas, um mundo com essa característica poderia experimentar estações curtas ou longas que se sucederiam de forma caótica, sem um padrão determinado, como na série. Segundo a lenda, no mundo dos Westeros houve uma vez em que o inverno durou 900 dias.

Esse tipo de planeta existe. Até hoje, já foram descobertos 15 sistema circumbinários.

Por isso, a explicação do clima louco e sem precedentes de Game of Thrones poderia estar em alguma dessas teorias. E também poderia ser uma combinação de todas elas.

Há até quem, em referência à mudança climática, diz que "Winter is coming" não é apenas um mantra, mas sim uma advertência clara.



ALERTA ESTUDO

Beber leite materno em idade adulta é prejudicial à saúde

- Beber leite materno em idade adulta é "um perigo" para a saúde, alertam pesquisadores britânicos.

O produto — disponível para a venda na internet — vem ganhando adeptos com a promessa de que aumenta as defesas do organismo. Mas cientistas da Universidade Queen Mary, em Londres, dizem o contrário. Segundo eles, o leite não pasteurizado contém germes perigosos para o corpo humano.

Uma das autoras do estudo, Sarah Steele, afirmou serem enganosas as promessas de que o produto melhora o sistema imunológico.

Além disso, ela disse que há riscos de que o leite contenha bactérias nocivas à saúde.

"Quanto mais o leite demora para ser transportado, mais tempo as bactérias têm para se proliferar", afirmou Sarah.

"Testes realizados nos Estados Unidos e no Reino Unido mostraram níveis elevados de bactérias ruins, que na verdade provêm do intestino, basicamente, ou seja, das fezes

da mãe que acabam no leite", acrescentou a pesquisadora.

Sarah explica a pasteurização do leite "mata" as bactérias ruins.

Ela lembra ainda que o procedimento é importante porque garante a qualidade do produto.

"Nesse sentido, podemos testá-lo para substâncias prejudiciais e assegurar que o leite contaminado possa ser descartado e não consumido".

Leia mais: Estudo diz que leite materno é melhor opção, apesar de deixar bebê mais

irritado

Bom para o bebê

Sarah ressalva que o leite materno é "uma opção nutricional ótima para o bebê".

"Em nenhum momento queremos dizer que a ingestão de leite materno pelo recém-nascido é prejudicial à sua saúde. Pelo contrário", afirmou ela.

"Há algumas pessoas, no entanto, entre elas pacientes de câncer ou outras doenças, que acreditam que beber leite materno aumenta a resistência do organismo ou mesmo facilita a digestão de alimentos. Não há qualquer comprovação científica disso."

Sarah também recomenda maior cuidado com informações obtidas por meio da internet.

"Muitas das informações que as pessoas acham na internet são normalmente o contrário do que elas realmente significam."

"Talvez haja alguns benefícios relacionados à ingestão de leite materno por adultos, mas a maior parte dessas descobertas ainda não saiu dos laboratórios, ou seja, ainda está em fase de pesquisa".

"Além disso, é preciso ressaltar a diferença entre extrair componentes do leite materno que foram produzidos em laboratório para o tratamento de doenças e comprar uma garrafa e sair bebendo".

"É um leite não pasteurizado, saiu de alguém cuja história é desconhecida, e o usuário está se expondo a riscos envolvidos de bactérias, vírus e até toxinas", concluiu.



DN CENTER LDA

Seu computador está te deixando louco?

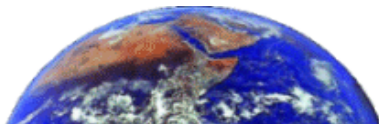
Vamos até sua residência ou empresa e resolvemos o problema no local

Mais de 15 anos de experiência!

Computadores - Notebooks - Roteadores - Etc.
Recuperação de dados perdidos no disco ou flash recover file

Estamos na Rua Consiglieri Pedroso N°246 R/C
Email: geraldncenter@gmail.com | Cell: 842495386, 877789071
Maputo-Mocambique





Militares israelitas protestam contra proibição ao uso de barba

- Soldados israelitas iniciaram um protesto virtual contra as novas restrições impostas pelas Forças Armadas do país sobre o uso de barba.

Segundo as normas recentemente anunciadas, os militares devem eliminar os pelos faciais a menos que tenham sido dispensados de raspá-los por motivos médicos ou religiosos. A decisão foi tomada depois que as Forças Armadas verificaram que muitos soldados estavam deixando a barba crescer, o que estaria causando uma falta de uniformidade entre as brigadas, informou o site de notícias israelita Ynet.

A partir do dia 1º de julho, militares sem um certificado de um rabino ou médico só poderão deixar a barba crescer em circunstâncias excepcionais.

"Há muitos soldados que alegam deixar a barba crescer por motivos de fé e que depois nós vemos fumando, dirigindo no Shabat (dia sagrado para os judeus), disse um militar, destacando as atividades proibidas pela lei religiosa judaica.

Depois de um período de adaptação que durará dois meses, quem for encontrado a violar as novas regras será multado e confinado aos quartéis.

A medida, contudo, causou irritação entre os fãs das barbas nas redes sociais. "Soldados reais não têm tempo para se barbear", afirmou um soldado israelita numa página popular entre os militares.

O post, no qual ele pede que a proibição seja revista, já recebeu mais de 12 mil curtidas. Muitos soldados da activa postaram fotos de suas próprias barbas, e um deles chegou a

questionar se deixar os pelos faciais intactos era uma reivindicação exagerada face a todas as mazelas da dura rotina das Forças Armadas.



As novas regras foram apoiadas por militares de alta patente, como coronéis e majores. Um deles disse ao Ynet que as barbas são a parte mais visível do que chamou de "comportamento inadequado" que inclui "exercícios militares realizados com desleixo e botas não polidas".

Segundo o major, a barba deixa os militares "mais com cara de milicianos do que de soldados".

SEGUNDO ESTUDO

Moda de barba é cíclica e já atingiu seu auge

A moda dos homens com barba, que rompeu as fronteiras da comunidade "hispter" para conquistar o rosto das celebridades internacionais, pode estar com os dias contados, revela uma nova pesquisa realizada na Austrália. Segundo o estudo, a tendência é cíclica e já atingiu o seu auge.

Por trás do eventual fim da moda, estaria o conceito de seleção natural proposto por Charles Darwin (1809-1882).

À luz da teoria do naturalista britânico, os pesquisadores da Universidade de South Wales, no sudeste da Austrália, afirmam que, dada a imensa quantidade de "barbados", homens de "cara limpa" tendem a obter uma vantagem competitiva e, portanto, sobressair e se tornar, mais uma vez, dominantes.

Nos últimos meses, inúmeros atores de Hollywood, de Zac Efron a George Clooney, abandonaram por completo o visual imberbe.

O estudo foi publicado na revista científica *Biology Letters*.

No experimento, os cientistas pediram a mulheres e homens para avaliar rostos diferentes com "quatro diferentes variações de barba".

Tanto os barbados quanto os imberbes se tornam mais atraentes quando são raros em determinada comunidade.

'Seleção sexual'

A tendência reflete um fenómeno evolutivo conhecido como "seleção sexual dependente da frequência negativa". Em outras palavras, quanto mais rara for uma característica, maior é sua possibilidade de se tornar dominante.

As cores brilhantes do barrigudinho (uma espécie de peixe), por exemplo, variam de acordo com essa lógica, que é determinada pelas mudanças nas preferências das fêmeas.

Os cientistas decidiram, então, testar se a mesma hipótese funcionaria para os pelos faciais dos homens e, para isso, recrutaram voluntários em sua página no Facebook, o The Sex Lab.

"Barbas grandes e espessas voltaram com força total. Pensamos, portanto, em entender esse fenómeno à luz da teoria da dependência da frequência negativa", afirmou Rob Brooks, um dos autores do estudo.

"A ideia é que talvez as pessoas comecem a copiar o estilo de George Cloney e Joaquin Phoenix (ambos atores que adotaram o visual barbado), mas quando mais e mais pessoas seguem a tendência, o valor social dessa característica diminui. É por essa razão que acreditamos que já atingimos o "auge da barba", acrescentou ele.

No último experimento, cientistas pediram a

1,453 mulheres e 213 homens para avaliar a atratividade de diferentes modelos de barba em rostos masculinos.

Alguns receberam imagens de barbas que cobriam todo o rosto. Outros tiveram de avaliar caras limpas. Coube a um terceiro grupo classificar quatro variações – barbeado, barba rala, barba por fazer e barba cheia.

Tanto mulheres quanto homens disseram considerar mais atractivos os rostos com barba cheia e por fazer quando essa característica era rara. A mesma lógica foi observada para os barbeados.

Os pesquisadores concluíram, assim, que as preferências da dependência negativa da frequência podem contribuir para mudar a moda da barba.

"Sabemos que a moda das barbas é cíclica", disse ele.

"Há um estudo que avaliou fotos de homens de 1871 a 1972 na revista *Illustrated London News*. Costeletas foram substituídas por bigodes e, mais tarde, barbas cheias".

"Nos anos 70, por exemplo, era popular o bigode guidão. Na década de 80, os bigodes passaram a reproduzir o estilo de Thomas Magnum, da série *Magnum PI*. Já nos anos 90, os homens descartaram a barba por completo. Agora as barbas cheias estão de volta com força total".



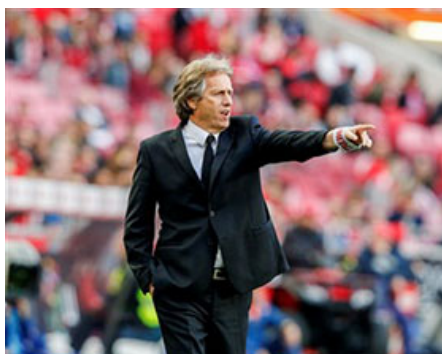
CASO SAIA PARA UM GRANDE CLUBE EUROPEU

Jorge Jesus tem de indemnizar os leões com salários

O sonho de conquistar a Champions numa das equipas mais ricas da Europa continua bem vivo. Se esta possibilidade surgir durante o contrato com o Sporting, o treinador terá de indemnizar leões.

O sonho de treinar um clube que possa lutar pela conquista da Liga dos Campeões ainda está nos planos de Jorge Jesus. Ao que o DN apurou, o novo treinador do Sporting fez questão de que no seu contrato com os leões, válido por três temporadas, constasse uma cláusula que lhe permita sair para um dos grandes emblemas europeus, ficando acordado entre as partes que se tal acontecer o técnico terá de indemnizar os leões com o valor total dos salários auferidos até ao momento em que essa possibilidade surja.

Ou seja, apesar de não ter ficado estipu-



lada contratualmente qualquer cláusula de rescisão, algo que o presidente Bruno de Carvalho habitualmente faz questão de incluir nos vínculos que assina com jogadores e treinadores, existe esta ressalva para as duas partes.

Jorge Jesus nunca escondeu o desejo de dar o salto para um desses grandes clubes da Europa, nomeadamente Real Madrid, Barcelona, Paris Saint-Germain, Bayern Munique, Manchester United, Manchester City ou Chelsea, por exemplo, que pelos muitos milhões que dispõem para contratar os melhores jogadores do mundo, são sempre crónicos candidatos à conquista da Liga dos Campeões. "A conquista da Champions é um sonho meu. Sei que é mais provável nas melhores equipas do mundo, que têm mais poder económico e com jogadores que fazem a diferença", disse Jesus em maio de 2014, quando ainda era treinador do Benfica.

RONALDO VS. REAL MADRID

Uma relação cada vez mais desgastada

Ronaldo não está a gostar de ver como o clube está a tratar os símbolos Ramos e Casillas. A época 2015-16 ainda nem começou e já começam a surgir informações sobre (mais) um alegado mal-estar entre Cristiano Ronaldo e o Real Madrid.

Segundo o jornal espanhol AS, o internacional português está magoado com os dirigentes do clube no seguimento de vários

episódios em que não se sentiu apoiado pela estrutura dos merengues e também por determinadas situações em que não foi consultado.

De acordo com o jornal AS, as queixas de Cristiano Ronaldo são de várias ordens, a começar logo pelo facto de os dirigentes continuarem a apoiar Jesús Olmo, chefe do departamento médico do Real Madrid, em

quem vários jogadores do clube perderam a confiança. Ronaldo, aliás, deixou há alguns meses um recado que visava este responsável, quando após a derrota do Real Madrid por 4-0 com o Atlético de Madrid referiu que a equipa não estava fresca nem mental nem fisicamente, mas a direcção entendeu que o jogador se referia à equipa técnica então orientada por Carlo Ancelotti.

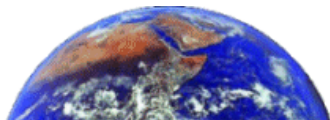
Nani escolheu o Fenerbahçe

O extremo internacional português deixou de ser hipótese para o Benfica numa eventual transferência de Gaitán para o Manchester United. Nani vai ser jogador do Fenerbahçe, da Turquia agora treinado pelo português Vítor Pereira e no qual actuam Bruno Alves e Raul Meireles.

As negociações estão muito perto de ser concluídas e poderão ficar consumadas no decorrer desta semana - o extremo internacional português deve viajar amanhã para Istambul.

O jogador que esteve cedido na época passada ao Sporting pelo Man. United vai assinar um contrato de quatro temporadas e auferir cerca de quatro milhões de euros por ano em salários. A transferência vai custar aos cofres do Fenerbahçe um valor a rondar os 8,5 milhões de euros. Nihat Özbagi, vice-presidente do clube turco, confirmou que o negócio está quase fechado.





PORTUGAL

Associação Sindical de Juízes corta relações com ministra da Justiça

- A Associação Sindical dos Juízes Portugueses cortou relações institucionais com a ministra da Justiça por causa da não aprovação do novo estatuto profissional dos magistrados, que consideram fundamental para a nova reforma do mapa judiciário.

Em declarações à agência Lusa, esta segunda-feira, a presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Maria José Costeira, disse que "só um pedido de desculpa" faria com que os juízes voltassem a ter confiança na ministra Paula Teixeira da Cruz.

"A quebra neste momento é definitiva. A única possibilidade para voltarmos a ter confiança na ministra era um pedido de desculpas, que se justifica e se impõe, como também abrir o jogo: explicar o que é que aconteceu, qual era o projecto de lei do governo, pô-lo em discussão e nada disso foi feito até agora", adiantou à Lusa.

A Rádio Renascença adiantou, esta segunda-feira, que os juízes decidiram cortar relações, considerando ter havido uma quebra irreparável e definitiva na confiança institucional com a ministra, que depois de várias sessões do grupo de trabalho criado para a revisão do estatuto nada disse.

Os 35 juízes da Associação Sindical dos

Juízes tomaram a decisão por unanimidade numa reunião do conselho geral realizada no sábado à tarde.

Maria José Costeira explicou que a ministra da Justiça encetou o processo de revisão, mas não conseguiu levá-lo a bom porto.

"A ministra não só não completou o seu trabalho, deixando a reforma inacabada e com problemas de articulação (há contradição entre a lei orgânica e os estatutos dos magistrados), como tentou imputar responsabilidades aos juízes com declarações impróprias na Assembleia da República", disse.

Por isso, frisou Maria José Costeira, os juízes "perderam completamente a confiança institucional" na ministra.

"Sabemos que já não há tempo para aprovar estatuto nenhum nesta legislatura. Estamos no fim de junho e a legislatura está a acabar e, portanto, negociações, colaboração, conversações é algo que me parece, neste momento, inviável", disse.

No entender de Maria José Costeira, a ministra Paula Teixeira da Cruz "não vai assumir responsabilidades e pedir desculpa".

Depois dos magistrados do Ministério Público são agora os juízes a cortar relações com o Ministério da Justiça. Em causa está a não aprovação do novo estatuto profissional dos magistrados, fundamental à nova reforma do mapa judiciário.

Paula Teixeira da Cruz justificou recentemente a não aprovação do estatuto dos magistrados com alegadas exigências salariais que estariam a bloquear o processo, mas reconheceu mais tarde que tal não se aplicava aos juízes.

A Agência Lusa tentou contactar o Ministério da Justiça, mas até ao momento não teve resposta.

Igreja de Charleston reabre ao público após massacre



A igreja episcopal de Charleston, na Carolina do Sul (EUA), onde um homem branco armado matou nove negros na passada quarta-feira, organizou, no domingo, a sua primeira missa desde o massacre.

Centenas de pessoas estiveram na igreja para assistir à cerimónia, liderada por um pastor convidado, já que o que pertencia àquela congregação estava entre as vítimas do tiroteio.

A mensagem transmitida foi a de que o alegado autor do crime, Dylann Roof, de 21 anos, falhou na sua intenção de esmagar o espírito de amor e fé entre a comunidade.

"Ali estavam, na casa do Senhor, a estudar a sua palavra, a rezar uns com os outros. Mas o diabo também entrou e tentou assumir o comando. Graças a Deus, aleluia, que o diabo não consegue controlar as nossas pessoas e não consegue controlar a nossa igreja", disse o pastor convidado John Gillison.

Dylann Roof, que já foi formalmente acusado do homicídio das nove pessoas, disse que pretendia lançar uma "guerra racial" ao disparar sobre o grupo e justificou o acto dizendo que os negros se estavam a "apoderar dos Estados Unidos".